

Demonstrações Financeiras
Cemig Geração Poço Fundo S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	19
7. IMOBILIZADO	20
8. INTANGÍVEL	21
9. FORNECEDORES	23
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	23
11. PROVISÕES	24
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
13. RECEITA LÍQUIDA	26
14. CUSTOS E DESPESAS	27
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	27
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO POÇO FUNDO

A Cemig Geração Poço Fundo S.A é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 7, Bairro Santo Agostinho e tem por denominação social a produção e a comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$159.085 mil (R\$ 159.085 mil em 31 de dezembro de 2024), dividido em 159.084.895 (cento e cinquenta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (159.084.895 em 31 de dezembro de 2024), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Poço Fundo S.A, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a Companhia investiu R\$4.556 mil, desse montante destaca-se a aquisição de serviços e materiais referente a conclusão das obras de ampliação da Usina.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras na indenização de ativos foi de 8,00% (7,91% em 2025).

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do exercício

A Companhia obteve lucro de R\$ 36.041 mil em 2025, em comparação a um prejuízo de R\$1.749 mil em 2024. A variação no resultado ocorreu em razão da receita operacional da Companhia, tendo em vista que em 2024 teve o reconhecimento da provisão de contingência em processo cível no montante de R\$ 21.039 que afetou seu resultado em 2024.

Receita operacional

A receita operacional líquida, em 2025, foi de R\$ 36.389 mil (R\$ 34.505 mil em 2024).

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$935 mil em 2025 (R\$ 36.260 mil em 2024). A composição dos custos e despesas ocorreram dentro da normalidade para 2025. A variação se justifica pela reversão de parte da provisão ocorrida em 2024. Mais detalhes nas nota explicativas nº 11 e 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro foi em 2025 de R\$ 2.618 mil, comparado a R\$ 1.652 mil em 2024, representando um aumento de 58,47%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento das rendas de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.031 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$38.072 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2024, a Companhia apurou o montante de R\$ 1.646 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$(103) mil antes dos efeitos fiscais representando -6,26% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi positivo em R\$ 40.093 mil (R\$2.681 em 2024) e a margem do LAJIDA foi de 110,18% no mesmo período (7,77% em 2024) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	36.041	(1.749)	(2.161)
Despesa de IR e CS	2.031	1.646	23,39
Depreciação/Amortização	4.639	4.436	4,58
Resultado Financeiro	(2.618)	(1.652)	58,47
LAJIDA ⁽¹⁾	40.093	2.681	1.395

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento a Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.722	3.480
Títulos e valores mobiliários	4	16.709	6.260
Consumidores e revendedores	5	3.915	3.531
Tributos compensáveis	6	62	62
Fundos vinculados		2	285
Outros ativos		396	384
TOTAL DO CIRCULANTE		23.806	14.002
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.361
Tributos compensáveis	6	1.164	1.140
Imposto de renda e contribuição social	16	70	98
Depósitos judiciais		990	933
Imobilizado	7	169.652	169.537
Intangível	8	2.709	2.725
Direito de uso		56	58
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		174.641	176.852
ATIVO TOTAL		198.447	190.854

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.219	6.169
Encargos regulatórios		10	10
Impostos, taxas e contribuições	10	777	880
Imposto de renda e contribuição Social	16	450	327
Dividendos a pagar	12	7.203	-
Convênio de compartilhamento	17	411	329
Passivo de arrendamento		6	6
TOTAL DO CIRCULANTE		14.076	7.721
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios		1	1
Impostos, taxas e contribuições	10	235	201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	354	199
Provisões	11	3.181	21.051
Passivo de arrendamento		63	65
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.834	21.517
TOTAL DO PASSIVO		17.910	29.238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital Social		159.085	159.085
Reserva de Lucros		21.452	2.531
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		180.537	161.616
PASSIVO TOTAL		198.447	190.854

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	13	36.389	34.505
CUSTOS	14		
Custos com energia elétrica		(8.832)	(6.474)
Custos de operação		8.796	(28.868)
		(36)	(35.342)
LUCRO BRUTO		36.353	(837)
DESPESAS	14		
Outras despesas operacionais		(103)	(106)
		(899)	(918)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		35.454	(1.755)
Receitas Financeiras	15	2.631	1.662
Despesas Financeiras	15	(13)	(10)
		2.618	1.652
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		38.072	(103)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16	(1.876)	(1.628)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	(155)	(18)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		36.041	(1.749)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	36.041	(1.749)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	36.041	(1.749)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
		Lucros	Reserva Legal		
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	159.085	2.501	6.381	-	167.967
Resultado do Exercício	-	-	-	(1.749)	(1.749)
Dividendos pagos ref. 2023	-	-	(4.602)	-	(4.602)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Absorção de prejuízos	-	-	(1.749)	1.749	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	159.085	2.501	30	-	161.616
Resultado do Exercício	-	-	-	36.041	36.041
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	1.802	-	(1.802)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(7.203)	(7.203)
Dividendos Extraordinários	-	-	-	(9.917)	(9.917)
Dividendos Adicionais	-	-	17.119	(17.119)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	159.085	4.303	17.149	-	180.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	36.041	(1.749)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 16)	2.031	1.646
Depreciação e amortização (Nota 7, Nota 8)	4.639	4.432
Amortização direito de uso	3	4
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Nota 15)	(57)	(41)
Juros passivos de arrendamento	4	6
Provisões (Nota 11)	(17.870)	21.039
Variação monetária de tributos compensáveis (Nota 15)	(21)	(3)
Juros e variações monetárias (Nota 15)	(2.461)	(1.542)
Outros	-	3
	22.309	23.795
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(384)	964
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 16)	28	(333)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(804)	(35)
Outros ativos	(15)	29
	(1.175)	625
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(950)	2.387
Impostos, taxas e contribuições (Nota 10)	(69)	157
Encargos setoriais	-	(2)
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	82	191
Outros passivos	-	(78)
	(937)	2.655
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	20.197	27.075
Juros resgatados (Nota 4)	1.897	1.376
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(952)	(1.715)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.142	26.736
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(31.026)	(30.065)
Resgate de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	23.502	27.132
Em fundos vinculados (Nota 4)	283	(115)
Em imobilizado e Intangível (Nota 7)	(4.736)	(18.267)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.977)	(21.315)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(6)	(2)
Dividendos pagos (Nota 12)	(9.917)	(4.602)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.923)	(4.604)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(758)	817
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.480	2.663
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.722	3.480
	(758)	817

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

Em 2021, a Aneel anuiu a transferência da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo da titularidade da concessão da Pequena Central Hidrelétrica Poço Fundo. O Contrato de Concessão 001/2021 foi assinado em abril de 2021.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, mediante a exploração da PCH Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo (MG).

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a PCH Poço Fundo, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão estabelecido em 27/05/2052. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, realiza as atividades administrativas e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 7 de agosto de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Maiores informações estão presentes na nota explicativa nº18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 13 – Consumidores e Revendedores e Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 8 - Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor*);
- Nota 11 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 18 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e	01/01/2027

Norma e principais alterações

Início da vigência

apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias				64	687
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	70,0% CDI	-	1.102	-
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15 %	1.556	2.793
TOTAL				2.722	3.480

⁽¹⁾ Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02% CDI	104,2% a 112,0%	14.580	4.902
Letras Financeiras do Tesouro	Variação Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.921	1.270
Debêntures	CDI	TR+1% a 109,88% CDI	TR+1% a 122,90%	208	88
				16.709	6.260
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02% CDI	104,2% a 112,0%	-	2.361
Total				16.709	8.621

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18. As aplicações financeiras em fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Total	
	Faturado	Não faturado	2025	2024
Fornecimento industrial	-	3.141	3.141	1.770
Suprimento a outras concessionárias	-	774	774	1.761
Total	-	3.915	3.915	3.531

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras.

Política contábil

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e com o reconhecimento dos respectivos tributos diferidos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2025	2024
ICMS	1.084	1.083
Pis/Pasep e Cofins	142	119
Total	1.226	1.202
Circulante	62	62
Não Circulante	1.164	1.140

7. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	3,46	162.482	(15.269)	147.213	126.965	(10.830)	116.135
Terrenos	3,86	24	(3)	21	24	(3)	21
Reservatórios, barragens e adutoras	3,45	118.964	(8.425)	110.539	83.497	(5.469)	78.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,86	1.504	(1.447)	57	1.504	(1.441)	63
Máquinas e equipamentos	3,49	41.972	(5.376)	36.596	41.922	(3.899)	38.023
Veículos		2	(2)	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios		16	(16)	-	16	(16)	-
Em curso		22.439	-	22.439	53.402	-	53.402
Máquinas e equipamentos		1.442	-	1.442	1.441	-	1.441
Barragens e benfeitorias		20.997	-	20.997	51.961	-	51.961
TOTAL		184.921	(15.269)	169.652	180.367	(10.830)	169.537

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2025	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025
Em serviço	126.965	-	35.517	162.482	(15.271)	147.211
Terrenos	24	-	-	24	(3)	21
Reservatórios, barragens e adutoras	83.497	-	35.467	118.964	(8.425)	110.539
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.504	-	-	1.504	(1.447)	57
Máquinas e equipamentos	41.922	-	50	41.972	(5.378)	36.594
Veículos	2	-	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	-	16	(16)	-
				-		
Em Curso	53.402	4.556	(35.517)	22.441	-	22.441
Total	180.367	4.556	-	184.923	(15.271)	169.652

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Transf.	Outros ⁽¹⁾	Valor bruto em 31/12/2024	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	116.091	--	10.874	-	126.965	(10.830)	116.135
Terrenos	24	-	-	-	24	(3)	21
Reservatórios, barragens e adutoras	83.497	-	-	-	83.497	(5.469)	78.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.437	-	67	-	1.504	(1.441)	63
Máquinas e equipamentos	31.115	-	10.807	-	41.922	(3.899)	38.023
Veículos	2	-	-	-	2	(2)	-
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	(16)	-
Em curso	46.009	20.863	(10.874)	(2.596)	53.402	-	53.402
Total	162.100	20.863	-	(2.596)	180.367	(10.830)	169.537

⁽¹⁾ Trata-se de baixas/saídas na conta de Ativo imobilizado em curso realizado na rubrica de fornecedores.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Ao término do contrato de concessão, todos os bens reversíveis e instalações vinculados à concessão serão revertidos ao poder concedente, mediante indenização referente aos investimentos não amortizados ou não depreciados. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 3,46% (3,44% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

Intangível	2025			2024		
	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	5.016	(2.307)	2.709	4.836	(2.111)	2.725
Ativos da concessão - GSF	1.482	(213)	1.269	1.482	(165)	1.317
Servidões	1.655	(215)	1.440	1.475	(168)	1.307
Direito de uso de bem público	1.879	(1.879)	-	1.879	(1.778)	101
Total	5.016	(2.307)	2.709	4.836	(2.111)	2.725

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga concedido em 2021 foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2025	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos da concessão - GSF	1.482		1.482	(213)	1.269
Servidões	1.475	180	1.655	(215)	1.440
Direito de uso de bem público	1.879		1.879	(1.879)	-
Total	4.836	180	5.016	(2.307)	2.709

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado em 2021, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Poço Fundo				
PCH Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7	27/05/2052

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que

representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia	1.931	320
Materiais e Serviços	3.288	5.849
TOTAL	5.219	6.169

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 a exposição da Companhia a riscos de liquidez.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
COFINS	139	129
PASEP	28	26
INSS	582	664
ISSQN	21	47
Outros	7	14
	777	880
Não circulante		
COFINS	193	165
PASEP	42	36
	235	201
TOTAL	1.012	1.081

11. PROVISÕES

	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Cíveis	21.039	-	(17.870)	-	3.169
Outras	12	-	-	-	12
Total	21.051	-	(17.870)	-	3.181

A Companhia é parte de processo judicial em que se discute o pagamento de indenização por danos materiais, em decorrência de perdas financeiras ocasionadas pela paralização da usina termelétrica. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que a Companhia teria dado causa ao evento danoso, conforme foi apurado em laudo pericial. Em setembro de 2025, foi publicado o acórdão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), com decisão favorável à Companhia, em que houve o entendimento que a culpa pelo acidente ocorrido em 2005 deve-se à parte contrária. Por conseguinte, houve a reavaliação da probabilidade de perda de parte do montante envolvido, de provável para possível, revertendo o valor de R\$17.869, em 31 de dezembro de 2025. O montante da contingência é de R\$29.060 (R\$21.039 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$3.169 (R\$21.039 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Diante disso, a divulgação é realizada em notas explicativas, com uma breve descrição da natureza do passivo contingente e uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv)

auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 159.085 (R\$ 159.085,00 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 159.084.895 (cento e trinta e nove milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco) ações ordinárias (159.084.895 em 31 de dezembro de 2024), nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva legal	4.303	2.501
Retenção de lucros	17.149	(1.749)
Reserva de dividendos não distribuídos	-	1.779
	21.452	2.531

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Em 2025, a Companhia possui R\$ 4.303 na reserva legal.

Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos

Nos termos do §4º e §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia possui saldo em Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos, a serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo, dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros na DMPL.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

13. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Receita operacional bruta (a)	37.902	35.941
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.513)	(1.436)
Receita operacional líquida	36.389	34.505

a) Fornecimento bruto de energia

	2025	2024
Suprimento Comercial	11.733	11.551
Leilão CCEAR Suprimento	25.351	24.553
Suprimento não faturado ⁽¹⁾	278	(326)
Transações com Energia na CCEE	540	163
	37.902	35.941

⁽¹⁾ No exercício de 2025 o valor provisionado para Suprimento não faturado foi maior que o valor provisionado no exercício anterior.

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
COFINS	(1.137)	(1.078)
PIS-PASEP	(246)	(234)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(130)	(124)
	(1.513)	(1.436)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo a prática contábil material atrelada às receitas da Companhia.

Fornecimento Bruto de Energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

14. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.695)	(4.674)
Encargos de uso da rede básica de distribuição	(2.137)	(1.800)
	(8.832)	(6.474)

b) Custos de operação e despesas

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Materiais	163	116	-	-	163	116
Serviços de terceiros (a)	4.269	3.274	59	49	4.328	3.323
Provisões	(17.870)	21.039	-	-	(17.870)	21.039
Depreciação	4.639	4.436	-	-	4.639	4.436
Pessoal	-	-	737	763	737	763
Outros custos e despesas	3	3	103	106	106	109
	(8.796)	28.868	899	918	(7.897)	29.786

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Convênio de compartilhamento	2.291	1.478
Manutenção e Conservação de Instalação e equipamentos	794	717
Meio Ambiente	647	594
Tecnologia da Informação	229	135
Auditoria Externa	22	21
Vigilância	23	22
Telecomunicação	1	-
Remuneração - Diretoria	46	-
Penalidades Contratuais e Regulatórias	18	-
Outros	257	356
TOTAL	4.328	3.323

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.551	1.595
Variação monetária de depósitos judiciais	57	41
Outras Variações monetárias	21	3
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	2
Rendas de antecipação de pagamento	-	17
Outras Receitas Financeiras	2	4
	2.631	1.662
Despesas Financeiras		
Atualização financeira - Apuração IR/CSLL por estimativa	(3)	-
Juros Passivo de Arrendamento	(5)	(6)
Outras	(5)	(4)
	(13)	(10)
RESULTADO FINANCEIRO	2.618	1.652

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente juros com arrendamento e despesas bancárias.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	54	45
Contribuição Social	16	53
TOTAL	70	98

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	229	182
Contribuição Social	221	145
TOTAL	450	327

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	217	148
Contribuição Social	137	51
TOTAL	354	199

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	37.624	37.624
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.010	4.515
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.116	2.116
Outras Receitas Financeiras	81	81
Base de Cálculo	5.206	6.711

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	781	604
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	497	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.278	604
Ajuste ECF	(4)	(1)
Renda de aplicações	2.551	2.551
Renda de aplicações resgatadas	2.116	2.116
Rendas de aplicações não resgatadas	435	435
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	109	39
Receita por competência diferida	278	278
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	22	33
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita	6	3
Amortização Custo GSF Diferido	(47)	(47)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(4)	(6)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	1.273	603
Diferido	113	42

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	36.267	36.267
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	2.901	4.352
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.509	1.509
Outras Receitas Financeiras	65	65
Base de Cálculo	4.476	5.926
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	671	533
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	424	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.095	533
Rendas de aplicações	1.595	1.595
Renda de aplicações resgatadas	1.509	1.509
Rendas de aplicações não resgatadas	86	86
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	21	8
Receita por competência diferida	(326)	(326)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(26)	(39)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita	(7)	(4)
Amortização Custo GSF Diferido	(35)	(35)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(3)	(4)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	-
Corrente	1.095	533
Diferido	14	4

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	-	-	-	8	-	-	(17)	(14)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	9	-	-	-	(2.306)	(1.901)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	411	329	-	-	(1.013)	(329)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(175)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(260)

Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.293	753	-	-	(1.271)	(2.068)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.556	2.793	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.709	6.260	-	-	651	219	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.361	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	63	50
Participação nos resultados	25	15
Previdência privada	3	3
Total	91	68

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		3.915	3.915	3.531	3.531
Títulos e Valores Mobiliários		208	208	2.449	2.449
		4.123	4.123	5.980	5.980
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.722	2.722	3.480	3.480
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	14.580	14.580	4.902	4.902
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.921	1.921	1.270	1.270
		19.223	19.223	9.652	9.652
		23.346	23.346	15.632	15.632
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(5.219)	(5.219)	(6.168)	(6.168)
Passivo de Arrendamento		(69)	(69)	(71)	(71)
		(5.288)	(5.288)	(6.239)	(6.239)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de

avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Fornecedores	4.339	880	-	-	-	5.219
Passivo de Arrendamento	1	2	3	26	97	129
TOTAL	4.340	882	3	26	97	5.348

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Cemig e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Cemig e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2026.

Douglas Augusto Oliveira Cabido, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal